

BOLETIM INFORMATIVO

CAO.EDUCAÇÃO

11.2024



MPMT

Centro de Apoio Operacional de Educação
Ministério Público do Estado de Mato Grosso



APRESENTAÇÃO

O Centro de Apoio Operacional de Educação tem como papel essencial prestar apoio técnico às (aos) procuradoras (es) e promotoras (es) de Justiça, bem como às (aos) servidoras (es) do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio de análises técnicas, pesquisas, elaboração de peças e minutas de projetos, relacionadas à área educacional, proporcionando atuação eficiente e resolutiva.

SUMÁRIO

AÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO.....	4
NOTÍCIAS DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS.....	6
NOTÍCIAS DO MPF.....	9
NOTÍCIAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES.....	10
NOTÍCIAS DIVERSAS	11
NOVIDADES LEGISLATIVA.....	13

EQUIPE CAO-EDUCAÇÃO

Miguel Shessarenko Júnior – Promotor de Justiça e Coordenador do CAO-Educação

Patrícia Eleutério Campos Dower – Promotora de Justiça e Coordenadora do CAO-Educação

Marcos André dos Santos Júnior – Auxiliar Ministerial

NOTÍCIAS DO MPMT



Serviços prestados pelo MPMT são reconhecidos em premiação

Em reconhecimento aos serviços prestados pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso à educação pública, a Secretaria de Estado de Educação (Seduc) concedeu ao procurador-geral de Justiça, Deosdete Cruz Junior, a Medalha de Honra ao Mérito da Educação. A premiação é uma iniciativa inédita que visa reconhecer e valorizar as contribuições significativas de servidores, autoridades e parceiros na área educacional. Nesta edição, 13 personalidades foram homenageadas.



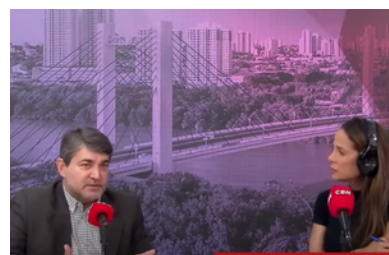
Profissionais da Educação recebem curso sobre solução de conflitos



Com o objetivo de prevenir a violência escolar e promover uma cultura de paz nas unidades de ensino, o Ministério Público de Mato Grosso realizou mais uma etapa do curso de formação “Noções Básicas em Solução de Conflitos Escolares”, beneficiando 42 profissionais da Educação ligados à Secretaria Municipal de Cuiabá. A capacitação foi promovida pela 8ª Promotoria de Justiça Cível, que atua na área da Educação, em parceria com o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf) - Escola Institucional do MPMT e o Centro de Apoio Operacional (CAO) da Educação.

Projeto desperta ações que vão além da solução de conflitos

Monitoramento por meio de câmeras, controle maior para acesso às unidades de ensino e a criação de núcleos de mediação escolar temporários para enfrentamento às situações mais críticas nas unidades de ensino de Mato Grosso foram algumas das ações realizadas a partir da implementação do projeto Mediação Escolar, realizado pelo Ministério Público Estadual e parceiros. Na última entrevista da campanha “Quando todo mundo ri, alguém chora. Bullying é Crime!”, o promotor de Justiça Miguel Shlessarenko Junior falou sobre o projeto e apresentou os resultados obtidos. Assista [aqui](#) a entrevista na íntegra.



Entrevista aborda ações da Seduc para construir ambientes saudáveis



Para prevenir a prática do bullying nas unidades de ensino em Mato Grosso, a Secretaria de Estado de Educação (Seduc) tem investido na construção de ambientes saudáveis. Em entrevista realizada pela Rádio CBN Cuiabá, a secretária adjunta de Gestão de Pessoas da Seduc, Flávia Emanuelle de Souza Soares, e a coordenadora de Saúde e Segurança do órgão, Keila Regina da Silva Nunes, falaram sobre as estratégias utilizadas e como tem sido o envolvimento da comunidade escolar. Acesse [aqui](#) a íntegra da entrevista

Recursos de transação penal são destinados para escola rural

A proposta de transação penal apresentada pela Promotoria de Justiça de Cotriguaçu (a 950km de Cuiabá) assegurou a destinação de R\$ 22.792,00 para aquisição e instalação de oito aparelhos de ar-condicionado na Escola Rural Lambari, localizada no Distrito de Nova União. O acordo foi firmado entre o Ministério Público de Mato Grosso e um proprietário de imóvel rural acusado de desmatamento ilegal.



NOTÍCIAS DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS

[MPMG expede Recomendação com o objetivo de regularizar a oferta de Educação de Jovens e Adultos no município de Nanuque](#)



O Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) expediu Recomendação à Superintendência Regional de Ensino de Teófilo Otoni e à Secretaria Municipal de Educação de Nanuque para que seja regularizada a oferta do serviço de Educação de Jovens e Adultos (EJA) para o ano letivo de 2025 no município do Vale do Mucuri.

[MPPI expede recomendação para fomentar ações de prevenção à LGBTFobia em escolas de Altos](#)

O Ministério Público do Estado do Piauí, por meio da Promotoria de Justiça de Beneditinos, expediu uma recomendação para a implementação de iniciativas que garantam os direitos de pessoas transgêneros e da comunidade LGBTQIA+ nas escolas de nível médio do município de Altos. O documento é assinado pela promotora de Justiça Deborah Abbade, titular da PJ de Beneditinos. A recomendação faz parte do Procedimento Administrativo nº 32/2024 (SIMP 000020-442/2024) e busca promover a observância dos direitos das pessoas transgêneros e da comunidade LGBTQIA+ através de discussões nas escolas locais, além de acompanhar possíveis irregularidades.



[MPPE lança projeto de enfrentamento ao bullying e à violência no ambiente escolar](#)



Ministério Público de Pernambuco (MPPE), por meio de sua Escola Superior (ESMP), do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação (CAO Educação) e da 29ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital (Educação), realizou, em 21 de outubro, das 14h às 17h, o lançamento do projeto “Escola Restaurativa: enfrentamento ao bullying e à violência no ambiente escolar”. O evento ocorreu de maneira híbrida: presencialmente, no Auditório da OAB/PE, na Rua do Imperador Pedro II, 346, no bairro de Santo Antônio, no Recife, com transmissão para o canal do [YouTube da ESMP](#).

[MPRS lança Projeto Sinais para prevenir violência extrema praticada por adolescentes e jovens](#)

Reforçando a política institucional de atuar na prevenção a todos os tipos de violência, o Ministério Público do Rio Grande do Sul (MPRS) criou um núcleo especializado em estratégias de prevenção e enfrentamento ao problema no começo deste ano. Neste caso, a ação foca a violência extrema que pode ser cometida por crianças, adolescentes e jovens.



[Mais de dez casos de abuso sexual infantil são identificados pelo Ministério Público por meio de projeto educativo nas escolas de Manicoré](#)



Mais de dez relatos de abuso sexual infantil e maus-tratos vieram à tona após uma série de palestras promovidas pelo Ministério Público do Estado do Amazonas (MPAM) em 16 escolas de Manicoré, ao longo dos meses de setembro e outubro. A ação da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Manicoré faz parte do projeto “MP nas Escolas”, que visa não só divulgar aos estudantes o trabalho desempenhado pelo Ministério Público, mas também conscientizar crianças e adolescentes sobre seus direitos.

[MP do Ceará orienta escolas de Juazeiro do Norte a realizarem matrícula antecipada de alunos com deficiência](#)

O Ministério Público do Estado do Ceará, por meio da 3ª Promotoria de Justiça de Juazeiro do Norte, considerando a aproximação do período de matrículas dos alunos das redes de ensino no município de Juazeiro do Norte, recomendou que os diretores de escolas e coordenadores pedagógicos do município realizem a matrícula antecipada dos alunos com deficiência, para o ano letivo de 2025.



Após ação do MP do Ceará e do Cedeca, Prefeitura de Fortaleza terá que garantir mil vagas em creches a partir de 2025

Após ação movida pelo Ministério Público do Estado do Ceará e pelo Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (Cedeca), a Prefeitura de Fortaleza terá que oferecer mil vagas para creches, a partir de 2025. Essa quantidade deverá ser ampliada de forma gradual até atender toda a demanda existente. O caso está na Justiça desde 2019, passou por diversas instâncias e transitou em julgado no Supremo Tribunal Federal (STF), não cabendo mais recurso.



Recomendação do MPRN visa garantir vagas em creches municipais



O Ministério Público do Rio Grande do Norte (MPRN) recomendou à Prefeitura de Santana do Matos que tome providências urgentes para garantir a oferta de vagas suficientes na etapa de creche para crianças de até 5 anos. O número de vagas disponíveis nas creches na cidade é insuficiente para atender as necessidades da comunidade. Acesse [aqui](#) a Recomendação na íntegra.

Perguntas da semana tratam de acesso a vagas na educação infantil

O MP Responde traz nesta edição questões sobre acesso a vagas na educação infantil. As perguntas são respondidas pelo promotor de Justiça Pedro Henrique Teixeira Castelan. Na última semana, em Ubatã, uma ação ajuizada por ele obteve liminar que obriga o Município a garantir vagas em creches na cidade.



Confira a seguir:

- [Estou tendo dificuldades para conseguir vaga em creche para meu filho na minha cidade. A quem eu devo recorrer?](#)

- [É verdade que os pais são obrigados a matricular seus filhos na escola? A partir de que idade?](#)

NOTÍCIAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

[MPF abre procedimento sobre uso de celulares nas escolas](#)



O Ministério Público Federal (MPF) abriu o procedimento para averiguar a regulamentação do uso de smartphones em escolas públicas e privadas de Alagoas. A iniciativa da procuradora da República Júlia Wanderley Vale Cadete se baseou no relatório de monitoramento global da educação de 2023, publicado pela Unesco. O estudo destaca que o uso indiscriminado de celulares pode prejudicar a aprendizagem das crianças, o que despertou preocupação quanto à normatização do tema. Procedimento Preparatório nº 11.000.001040/2024-15

[MPEduc conclui mais uma etapa do projeto com o envio de 427 recomendações para melhoria da educação básica](#)

Mais uma etapa do projeto-piloto do Ministério Público pela Educação (MPEduc) foi concluída no mês de outubro, com o envio de 427 recomendações aos gestores dos 27 municípios participantes. Os dados foram divulgados pela Câmara de Direitos Sociais e Fiscalização de Atos Administrativos em Geral do Ministério Público Federal (1CCR/MPF), responsável pela iniciativa. Essa é a quinta etapa do projeto MPEduc que, após a escolha dos municípios participantes, já realizou reuniões com gestores municipais, visitas às escolas e a promoveu a primeira das duas escutas públicas previstas para este ano.



[Justiça atende a pedidos do MPF e limita turmas multisseriadas em escolas indígenas de Paragominas \(PA\)](#)



A Justiça Federal obrigou o município de Paragominas (PA), o estado do Pará e a União a dividir as turmas de alunos da educação escolar indígena por níveis diferentes de ensino e impediu a junção de turmas quando elas tiverem um mínimo de 12 alunos. A sentença, decretada no dia 15 de outubro, atende a pedidos do Ministério Público Federal (MPF).

NOTÍCIAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES

[STF vai julgar reajuste automático de piso salarial da educação estadual e municipal por portaria do MEC](#)

O Supremo Tribunal Federal (STF) irá decidir se o salário-base de profissionais da educação pública de estados e municípios deve ser revisto com base nos parâmetros definidos pelo Ministério da Educação (MEC) para reajuste do piso nacional da educação pública. A matéria será examinada no Recurso Extraordinário com Agravo ([ARE](#), [1502069](#), que teve repercussão geral reconhecida (Tema 1324). A decisão a ser tomada, em data ainda não definida, deverá ser aplicada a todos os demais processos que tratem do mesmo tema.



[STF julga ação que discute proibição de linguagem neutra em escolas de município do interior de São Paulo](#)



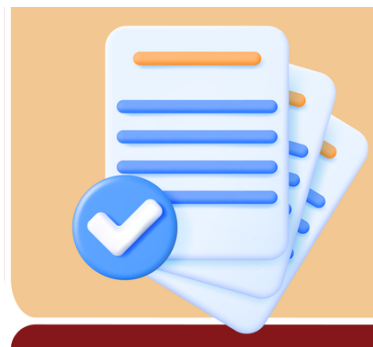
A partir desta sexta-feira (1º), o Supremo Tribunal Federal – STF inicia, na sessão virtual do Plenário, o julgamento da ação que discute a proibição de linguagem neutra em escolas públicas e privadas do município de Votorantim, em São Paulo.

A questão é tratada na [Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF 1166](#), sob relatoria do ministro Gilmar Mendes, ajuizada pela Aliança Nacional LGBTI+ e a Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas – ABRAFH.

OUTRAS NOTÍCIAS

[CNMP aprova recomendação que estabelece diretrizes para a estruturação das unidades do MP na defesa do direito à educação](#)

Na 2ª Sessão Ordinária do Plenário Virtual de 2024, realizada de 21 a 25 de outubro, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) aprovou, por unanimidade, proposta de recomendação que estabelece diretrizes para a estruturação das unidades do Ministério Público na defesa do direito à educação. A proposição foi apresentada pelo ex-conselheiro Rogério Varela, na 4ª Sessão Ordinária de 2024, e aprovada nos termos do substitutivo apresentado pelo relator, conselheiro Jaime de Cassio Miranda.



[CNE aprova diretrizes para educação infantil](#)



O Conselho Nacional de Educação (CNE) publicou em 22 de outubro de 2024, a [Resolução CNE/CEB nº 1/2024](#), que aprova as Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil. Elas devem ser implementadas em todo o território nacional pela União, pelos estados, pelos municípios e pelo Distrito Federal. As orientações já haviam sido homologadas pelo Ministério da Educação (MEC) por meio de despacho do ministro de Estado da Educação, Camilo Santana, em 15 de outubro.

[TCE-RS lança cartilha sobre demanda e gestão da lista de espera na educação infantil-etapa creche](#)

O Tribunal de Contas do Estado (TCE-RS) disponibilizou a cartilha “Orientações para Levantamento da Demanda e Gestão da Lista de Espera na Educação Infantil-Etapa Creche”. O material, disponível na aba “Temas Especiais” do portal, visa orientar os gestores públicos dos municípios gaúchos na organização e gestão no atendimento das demandas nas vagas em creches. Para acessar a cartilha, [clique aqui!](#)



[Após atuação de comissão do CNMP, cai em mais de 95% o número de estados e municípios com irregularidades para recebimento de recursos em educação](#)

Com orientação da Comissão da Infância, Juventude e Educação do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), após atuação coordenada de diversos órgãos, incluindo o Ministério Público brasileiro, apenas 34 entes em todo o país foram inabilitados para o recebimento da complementação do Valor Aluno Ano Total (VAAT). O recurso faz parte do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

[Presidente do TJMT recebe medalha de Honra ao Mérito da Educação por contribuir com a cultura de paz](#)



O projeto Círculo de Paz nas Escolas, realizado em parceria entre o Tribunal de Justiça de Mato Grosso e o Governo do Estado, está entre as ações que contribuíram para a educação estadual avançar no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), de 22ª posição para a 8ª no ranking nacional. A contribuição do Poder Judiciário foi exaltada pelo Executivo Estadual ao entregar à presidente do TJMT, desembargadora Clarice Claudino da Silva, a Medalha de Honra ao Mérito da Educação.

[Política Estadual vai formar docentes com novas tecnologias e reduzir a desigualdade educacional](#)

O Estado de Mato Grosso avança na área da educação, com a [Lei nº 12.687/2024](#) que institui a Política Estadual de Formação de Docentes da Educação Básica para as Tecnologias da Informação e Comunicação (PDTIC). A proposta foi sancionada pelo governo estadual, neste mês. A nova lei é fruto de projeto de autoria do deputado estadual Thiago Silva (MDB) e objetiva garantir a redução da desigualdade educacional, o aperfeiçoamento e a valorização dos professores.

[Município de Ituverava deve fornecer acompanhamento para criança com paralisia cerebral](#)

A 7ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo manteve decisão da 1ª Vara de Ituverava, proferida pelo juiz Leonardo Breda, que determinou que o Município disponibilize cuidador, em período integral, a criança com paralisia cerebral, enquanto as condições de saúde exigirem. Apelação nº [1001204-71.2023.8.26.0288](#).



Escola não pode suspender desconto de aluno portador de TDAH



A 26ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo manteve decisão da 1ª Vara de Piracaia, proferida pelo juiz Cléverson de Araujo, que determinou que instituição de ensino mantenha descontos a criança diagnosticada com TDAH e que restitua aos autores a diferença referente às parcelas pagas em valor completo.

Criança autista tem direito a acompanhante durante período escolar

Crianças e adolescentes autistas têm direito a acompanhamento terapêutico durante o horário escolar, conforme é assegurado por dispositivos da Constituição Federal, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), da Lei de Diretrizes e Bases da Educação e da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Com esse entendimento, a juíza Eliane Cassia da Cruz, da Vara Única de Cordeirópolis (SP), condenou a Fazenda Pública do Estado de São Paulo a permitir que a acompanhante terapêutica de um menino autista fique com ele durante as aulas, sob pena de multa diária de R\$ 300, com limite de R\$ 30 mil.



Escola terá de aceitar matrícula de aluna com alergia alimentar grave



A 13ª vara Cível de Brasília/DF determinou que a Escola Britânica de Brasília efetive a matrícula de uma criança com restrições alimentares e sensibilidade ao sol. A decisão, proferida pela juíza de Direito substituta Shara Pereira de Pontes Maia, também obriga a instituição a permitir que a aluna leve sua própria alimentação, de acordo com as orientações médicas, após a escola impor restrições à matrícula. A medida foi concedida em caráter de tutela antecipada para garantir que a criança tenha acesso à educação e ao suporte necessário para suas condições de saúde. Processo: 0736627-50.2024.8.07.0001.

NOVIDADES LEGISLATIVAS

[LEI Nº 15.000, DE 15 DE OUTUBRO DE 2024](#) - Declara o educador Anísio Teixeira Patrono da Escola Pública Brasileira.

[LEI Nº 15.001, DE 16 DE OUTUBRO DE 2024](#) - Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e 10.973, de 2 de dezembro de 2004, para estabelecer requisitos mínimos de transparência pública e controle social em matéria educacional.

[LEI Nº 12.687, DE 10 DE OUTUBRO DE 2024, DO MATO GROSSO](#) - Institui a Política Estadual de Formação de Docentes da Educação Básica para as Tecnologias da Informação e Comunicação - PDTIC no âmbito do Estado de Mato Grosso



MPMT

Centro de Apoio Operacional de Educação

Ministério Público do Estado de Mato Grosso

65 3611-0600

www.mpmt.mp.br